

Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST

Una geografía de la radicalidad popular nueva:
algunas reflexiones a partir del caso del MST

A geography of the new popular radicality:
a few reflections based on the case of MST

Jean-Yves Martin

Geógrafo, professeur agrégé de l'Université, doutor em Geografia da Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III); Comitê de redação do boletim *Info-Terra*, da ONG francesa "Frères des Hommes".

Resumo

Será que a dita "globalização", tema central do discurso ideológico ultraliberal, anuncia o fim da geografia? Não! Essa é mais uma carta marcada da prepotente idéia do fim da história. Mas, do mesmo modo, a geografia deve por fim à sua própria fragmentação caleidoscópica em pedaços esparsos: universitária, escolar, tecnocrática e cotidiana, e também à sua auto-esterilização em vãs querelas acadêmicas. Por meio de alguns elementos de reflexão apresentados neste artigo, a partir da análise do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), queremos mostrar que a geografia já dispõe, fora do beco da "pós-modernidade", de um conjunto de conhecimentos em elaboração que a destaca. Nesse processo se busca a construção de um novo paradigma – no sentido real da palavra – que objetiva fazer da geografia uma ciência social do espaço pluriescalas, da conflituosidade territorial, da emergência de novas identidades socioespaciais, da pesquisa participante dos geógrafos e de seu comprometimento com a realidade. Desse modo, defendemos que a geografia possa ser capaz de esclarecer e de acompanhar a emergência em curso de uma nova radicalidade popular.

Palavras-chave

Geografia crítica – MST – Movimentos socioterritoriais – Nova radicalidade popular.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 11-36	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

Is the so-called “globalisation” – central theme of the ultraliberal ideological discourse – heralding the end of geography? No. It is just another mishap of the alleged end of history. But geography should nevertheless put an end to its own kaleidoscope-like fragmentation into scattered pieces (university, school, technocratic, daily-life...) as well as to its self-sterilization through pointless quarrels between academics trends. By reflecting on the issues presented in this article, based on the analysis of the case of Landless Rural Workers (MST) we wish to show that geography already has at its disposal a quantity of developing knowledge, beyond the “post-modern” dead-end, which makes it specific. And that, in the process, the construction of a new paradigm – in the true sense of the term – is being attempted, whose aim is to make of the geography a social science or the multi-scale space, of territorial conflictuality, of the emergence of new socio-spatial identities, of the participating research of geographers, involved in reality. And so we claim that geography is thus able to clarify and accompany the current emergence of a new popular radicality.

Keywords

Geography – MST – Socio-territorial movement – New popular radicality.

Resumen

Una geografía de la radicalidad popular nueva: algunas reflexiones a partir del caso del MST. Sería que la dicha “globalización”, asunto central del discurso ideológico ultraliberal, anuncia el final de la geografía? No. Éste es más un avatar de la idea del final de la historia. Pero, no obstante, la geografía debe poner un término a su propia fragmentación kaleidoscópica de pedazos dispersos: universitario, alumno, tecnócrata y del diario, y también a su autosterilización en inútiles peleas de escuelas académicas. A través de algunos elementos de reflexión presentados en este artículo, a partir del análisis del caso del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierras (MST), deseamos mostrar que la geografía ya dispone, fuera del callejón sin salida de la “posmodernidad”, de un conjunto de conocimientos en elaboración que la distingue. Y que en este proceso se busca construcción de un nuevo paradigma – en el sentido verdadero de la palabra – cuyo objetivo consiste en hacer de la geografía una ciencia social del espacio multi-escalas, de la conflictualidad territorial, de la emergencia de nuevas identidades socio-espaciales, de la búsqueda participante de los geógrafos, implicados en las realidades. De este modo, defendemos que la geografía puede ser así capaz de clarificar y acompañar la emergencia en curso de la radicalidad popular nueva.

Palabras clave

Geografía crítica – MST – Movimientos socio-territoriale – Nueva radicalidad popular.

“Ceux qui ont la chance de pouvoir consacrer leur vie à l'étude du monde social, ne peuvent rester, neutres et indifférents, à l'écart des luttes dont l'avenir de ce monde est l'enjeu”¹.
Pierre Bourdieu, *Contre feux 2*, 2000.

Introdução²

O recente Fórum Social Mundial de Porto Alegre (janeiro-fevereiro 2002) acaba de sublinhar, de novo, que um “outro mundo é possível”. Além do encontro dos militantes do mundo inteiro, mostrou-se a diversidade dos movimentos sociais no mundo. Vê-se bem melhor agora que

1. “Os que têm sorte de dedicar sua vida ao estudo do mundo social, não podem permanecer, neutros e indiferentes, às lutas cujo o futuro deste mundo é o trunfo”.

2. Agradecimentos ao geógrafo brasileiro Jailton Dias, que fez a revisão do texto do artigo escrito em português.

a afirmação ultraliberal “não há alternativa”, não é mais verdade. O que se busca através do desenvolvimento dos movimentos sociais, além de todos os “diktats” da globalização neoliberal, e de todos os becos da “pós-modernidade” cultural e intelectual, é bem uma outra perspectiva para o século XXI. Mas, nesta busca, qual pode ser o papel da Geografia como ciência social crítica? O objetivo deste artigo é não somente de criticar as representações espaciais associadas à globalização, mas, também, de mostrar a atualidade e a urgência de uma geografia da nova radicalidade popular.

Primeiramente, procurar-se-á situar geograficamente o problema da emergência dos movimentos sociais no contexto geral da globalização capitalista e neoliberal, levando em conta a situação da geografia como ela é hoje, isto é fragmentada, e fazendo retorno ao pensamento pioneiro dos filósofos franceses, a saber, a “produção do espaço” segundo H. Lefebvre e os “outros espaços” de M. Foucault.

Em segundo lugar, serão apresentadas algumas considerações da análise geográfica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como “movimento socioterritorial”. Será, ao mesmo tempo, uma nova contribuição ao debate já lançado para B. M. Fernandes (1996 e 2000) e desenvolvido, entre outros, por M. A. Mitidiero (1999 e 2001) e J.-Y. Martin (1997, 2000 e 2001).

Finalmente, tentar-se-á uma extrapolação para ir além deste caso único do MST, em busca da definição de uma geografia da nova radicalidade popular, nas perspectivas notadamente abertas pelas recentes publicações dos geógrafos ditos “radicais” americanos, como o “terceiro espaço” [*thirdspace*] de Edward Soja (1996) e os “espaços da esperança” [*spaces of hope*] de David Harvey (2000).

Assim, nas interpelações da vida social, tal como nas reflexões teóricas, são as mesmas coisas que trabalham no mundo de hoje, que não é unicamente o da globalização neoliberal.

I – Globalização, movimentos sociais e espaço geográfico

A GEOGRAFIA FRAGMENTADA

Esquemáticamente, conforme Marcelo Escolar, são quatro as geografias: a geografia acadêmica ou científica, a geografia “ensinada”, a geografia profissional e a geografia cotidiana (Escolar, 1996, p. 14).

A primeira tem sua origem nas cátedras universitárias, nas atividades docentes e de investigação. O “discurso duro” da ciência geográfica é produzido neste nível. A segunda impõe-se nas salas de aulas para dispor o sentido do território. “Não produz, mas reproduz o discurso, na perspectiva da legitimação da consciência nacional”. Por isso, tornam naturais as diferenciações geográficas e as diferenças sociais. A terceira produz espaço configurando-o materialmente através do planejamento: “suas práticas não só enunciam ou reproduzem o discurso ao redor do espaço, mas concretizam-no objetivando-o no plano, delimitando ações, justificando limites”, determinando eixos hierarquizados e áreas diferenciadas. A quarta é a geografia vivida diariamente, “a concebida nas ruas, a eleita nos bairros, a que se constrói sobre coisas concretas”. Esta geografia cotidiana “contradiz com seu desenvolvimento dos cânones do discurso acadêmico disciplinar, continuamente entra em crise com a geografia ensinada, pelo simples fato de que esta é, em grande parte, um produto socialmente imposto” (idem, p. 15).

Para Escolar, toda “reflexão alternativa” precisa ser tomada das mãos dos “acadêmicos”, “geopolíticos” e “mestres”, um conjunto de noções e temas muito marcados pela sua utilização ideológica corrente. Assim, diz ele:

“Não só estaríamos reconstruindo nossa disciplina como ciência social, mas, por sua vez, reconquistando a ‘Geografia’ em níveis mais populares e conflituosos de suas atribuições tradicionais” (idem,

39). “Penso que estão colocadas as condições para repensar alternativas originais na investigação empírica sobre a territorialidade [e] sobre suas relações (...) com os movimentos populares de contestação aos avanços do neoliberalismo econômico e social” (idem, p. 121).

MUDANÇAS GLOBAIS E O NOVO PAPEL DA GEOGRAFIA

Gabriel Wackermann (2000) julga que, desde a queda do comunismo, o desaparecimento do frágil equilíbrio entre os dois blocos mundiais antagonistas e a sua substituição pela hiperpotência única dos Estados Unidos, “com os excessos do capitalismo, mesmo o geógrafo não-marxista não pode só continuar criticando, severamente, o sistema soviético em geral, sem constatar, simultaneamente, a obra destrutiva capitalista nos âmbitos cultural e econômico nas inúmeras regiões do mundo”. Neste sentido, ele também constata que “esta Geografia é conduzida por uma atitude muito crítica a respeito da economia dominante” (Wackermann, 2000, p. 18).

Mas, ao mesmo tempo, a comunidade científica dos geógrafos, além dos tropeços da diversidade das escolas acadêmicas, conhece hoje uma verdadeira crise de identidade. Ora, estima Wackermann,

“como todos os meios científicos, como todos os meios humanos, o meio geográfico não é somente atravessado por correntes de pensamento e animado por salutares movimentos de renovação. É também perturbado pelo espírito de capela, os afrontamentos visando o poder ‘pontifical’, isto é, o direito de decretar uma única verdade, a vontade de monopolizar a decisão final nas instâncias de nomeação e de promoção dos ensinadores e pesquisadores da disciplina, mesmo de certos ramos da disciplina em detrimento dos outros. É assim que inúmeras inovações, salutares em si, desde a re-centralização da geografia humana na sua vocação eminentemente social, até a introdução das ciências matemáticas e da geografia quantitativa, foram infelizmente marcadas de exclusivismo, de preconceitos deliberados, provocando rachas profundos, enquanto elas poderiam suscitar redesdobramentos e reposicionamentos fecundos” (idem, p. 82).

Além destes conflitos acadêmicos, a partir das suas relações privilegiadas com o espaço, muito importa agora que os geógrafos, especialistas do estudo das relações sociais neste espaço, coloquem o acento sobre todos “os signos profundos dos disfuncionamentos mundiais e locais, sem complacência e sem exagero, no quadro da promoção de uma democracia participativa, não formal”. É só assim, diz enfim Wackermann, que eles “serão trazidos de volta ao verdadeiro tesouro da nossa disciplina geográfica”. Finalmente, o autor pergunta:

“será que a geografia não merece, como antes e mais do que ela é desde um certo tempo, liberada do espírito de capela e do ambiente das falsas querelas, das lutas muitas vezes esterilizadoras e dos combates de retaguarda, de aparecer em todo o seu rigor científico e sua eficácia para um público, às vezes, desamparado, desejando conhecê-la, e mergulhar nela para melhor reencontrar o Norte [...]” (idem, p.339-340).

A “GLOBALIZAÇÃO” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Geralmente, com o termo “globalização” afirma-se que a única escala a levar-se em conta hoje, é aquela do mundo inteiro. Mas, a insistência da ideologia globalitária não pode esconder o paradoxo seguinte: no contexto da globalização, observa-se também o desenvolvimento de novos movimentos sociais, de resistência e contestação, de várias escalas.

Para o geógrafo canadense J-L. Klein (1998, p. 63), a “mundialização” impõe uma nova territorialidade, onde as responsabilidades assumidas anteriormente pelo Estado-nação desagrega-

ram ou foram confiscadas pelas instituições e pelas organizações que funcionam em diferentes escalas, numa dinâmica onde as capacidades políticas tendem a recuar frente às dominações econômicas. De fato, as forças econômicas predominam sobre os interesses políticos e sociais, mesmo no interior das estruturas oficiais, o que explica também a propensão dos governos a abandonar seus programas sociais em função das exigências financeiras, por exemplo, no caso dos ditos “programas de ajustamento estrutural”. Mas “o sistema-mundo não deve ser reduzido à mundialização das trocas econômicas”. O geógrafo sublinha que muitos outros aspectos contribuem ou são atingidos, não somente no plano econômico, mas também político, social e cultural. Assim, se é verdade que o sistema-mundo inclui toda sociedade na escala planetária – “somente para melhor excluir da redistribuição uma significativa parcela da sociedade” –, é também verdade que permanecem outras disposições espaciais, tal como o espaço nacional ou o espaço local, com suas próprias características e lógicas. São certamente “informadas pela lógica da mundialização”, mas, no entanto, não desaparecem. Conseqüentemente, “se a gente quiser entender o novo mapa da mundialização, é, mais do que nunca, necessário combinar diversas escalas e diversos níveis de análise” (Klein, 1998, p.63).

J-L Klein acrescenta ainda: “diz se que o cidadão do século XXI será um cidadão do mundo. Sua responsabilidade é assim aumentada. Terá de reconstruir as ligações sociais que foram afrouxadas sob a pressão da mundialização, combinando o local e o mundial, o individual e o social, o privado e o público”. É deste ponto de vista que a contribuição da geografia pode ser crucial

“para conceber uma estratégia de desenvolvimento capaz de combinar os interesses dos cidadãos e os do sistema-mundo em construção; encontrar um espaço social recolhendo força capaz de fazer contrapeso perante as forças do mercado; delimitar os territórios da ação coletiva. Eis o que constitui um vasto programa. ‘Pense globalmente e aja localmente’, diz a famosa palavra de ordem, mais verdadeira do que nunca!” (Klein, 1997, p. 66).

Naturalmente, certos movimentos sociais adaptam-se à globalização e fazem, por vezes, esforços para agir em todos os níveis e em todas as escalas. Mas será que essas ações podem convergir, dar um sentido às aspirações individuais dos cidadãos e estruturar um novo projeto unificador?

“As ações coletivas da resistência à desterritorialização, que nos permitem descobrir um processo da construção da solidariedade coletiva, relacionam-se à um espaço a ser defendido, recordam-nos as riquezas da solidariedade territorial construídas nas ligações sociais básicas. Desse modo, a mercantilização da ligação social imposta pela universalização é denunciada constantemente pela invenção contínua dos lugares, de palavras e a busca da perenidade dos lugares” (Klein, 1997, p. 42).

A vontade popular para manter raízes com o território é manifestada, tanto no meio rural como no meio urbano. “Mais do que a expressão de uma atitude do passado, construída na manutenção de comunidades tradicionais restritas, ou de um acessório emocional e nostálgico da história, pode ser analisada como uma dinâmica da solidariedade que suporta um projeto para viver o território” (ibidem). Assim, as resistências locais à globalização são integradas numa dinâmica subversiva da busca da solidariedade social baseada na inscrição do espaço de uma coletividade de atores locais: “para querer remanescer”, “para estar junto”, num mesmo território, “para viver no lugar certo”.

“Estas práticas coletivas da resistência poderiam bem constituir ao mesmo tempo uma ruptura e ir além da lógica da organização, disposição, coordenação, do regulamento estratégico que é essencial em nome dessa eficácia do sistema, porque obriga-nos a questionar as finalidades mesmas da sociedade.

Nisso, o desafio coletivo é político porque precisamente está na resistência aos efeitos perversos de uma economia a-territorial” (Klein, 1997, p. 43).

Pois, a globalização e a explosão/implosão conjunta do modelo do Estado-nação, criam um sistema-mundial complexo, composto por múltiplos níveis, onde os atores e os agentes econômicos, políticos e sociais brigam e, às vezes, se ligam.

Qual pode ser o lugar dos movimentos sociais num tal sistema, múltiplos e pluriescalar? Qual desses níveis pode mostrar-se pronto para ver as ações dos movimentos sociais impor os compromissos de amanhã? Será que essa nova territorialização coletiva dos movimentos sociais pode ser concebida como uma alternativa crível perante a globalização econômica?

“Na medida em que os movimentos sociais contribuem para redesenhar fronteiras e para redefinir o conteúdo da esfera pública, eles podem ir contra a orientação neoliberal que a globalização impõe ao redobramento da sua função reguladora, seu papel é essencial e deve ser esclarecido” (idem, p. 4-5).

É a própria tarefa da geografia.

A “CARA ESCONDIDA DA TERRA”

Segundo o sociólogo Manuel Castells, esses movimentos sociais de resistência à “nova ordem internacional” constituem hoje o que ele nomeia da “cara escondida da Terra”. No nosso tempo,

“quando a universalização e a informacionalização, obra das redes do dinheiro, da tecnologia e do poder é transformada no nosso universo, com exceção de uma pequena elite dos *globapolitanos* (semi-ser, semi-fluxo), os homens e as mulheres sofrem no mundo inteiro, por perder todo o controle de sua vida, ambiente, emprego, economia, governo, país e, finalmente, do destino mesmo da terra” (Castells, 1999, p. 90).

Todavia, de acordo com uma velha lei da evolução social, a resistência é oposta à dominação e os projetos alternativos desafiam a lógica inerente à “nova ordem do mundo”, vivida como uma desordem pelos seres humanos de toda parte. Porém, como é frequentemente o caso na história, “estas reações e mobilizações avançam por trajetórias inabituais e caminham em rumos inesperados” (ibidem).

Esta “cara escondida da terra”, torna-se assim, “a cara de todos os movimentos sociais que refutam a universalização ao interesse do capital e a informacionalização consagrada, a única glória da tecnologia”. Assim, conforme M. L. de Souza:

“Movimentos sociais *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada, *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate” (Souza, M. L. de. In: Castro, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*, 1995, p. 109).

BREVE RETORNO AO PENSAMENTO FILOSÓFICO ESPACIAL FRANCÊS

Uma maneira nova de pensar sobre o espaço formulou-se, mais claramente, pela primeira vez, em Paris, particularmente nos escritos de Lefebvre e de seus colegas, mas também, muito menos

visivelmente, nos trabalhos de Michel Foucault. Contudo, segundo E. Soja, por quase 20 anos, esses “outros espaços” restaram inexplorados e, freqüentemente, substancialmente mal entendidos para os maiores admiradores de Lefebvre e Foucault (Soja, 1996, p. 11)³.

Eu quero sugerir que a estas celebrações faltam o ponto central que Lefebvre e Foucault fazem em suas conceitualizações da espacialidade, diferentes contudo similares, que a afirmação de uma visão alternativa da espacialidade desafia diretamente todas as modalidades convencionais de pensar o espaço. Elas significam detonar, desconstruir, e não estar confortavelmente depositadas em velhos recipientes. Não são apenas “outros espaços” a ser adicionados à imaginação geográfica, elas são também “outras coisas” além das maneiras estabelecidas de pensar a espacialidade (idem, p. 162-163).

DA “PRODUÇÃO DO ESPAÇO” AO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO: HENRI LEFEBVRE

A obra de Henri Lefebvre parece ser mais conhecida e levada em consideração nos outros países do que na própria França. Nos Estados Unidos, Soja (1989 e 1996), no Canadá, Rob Shields (1999) e no Brasil, o Geosp (Carlos, 1999) sublinham, entre outros, toda a importância da sua reflexão sobre o espaço.

Lefebvre pôde pensar, ele mesmo, que a sua “crítica da vida cotidiana” foi a sua mais importante contribuição à teoria social marxista. Ele insistiu na importância fundamental do materialismo dialético. Portanto, a sua contribuição maior, nas disciplinas intelectuais, foi sua investigação da construção social e das convenções do espaço.

“Lefebvre compreendeu o espacial como um sujeito atravessando todas as disciplinas, um exemplo ideal para ilustrar o seu desejo do fim da especialização tecnocrática da pesquisa acadêmica e da organização do governo. Ele estendeu assim, progressivamente, o seu conceito inicial da vida cotidiana, primeiro na vida rural do campesinato, depois na extensão dos subúrbios e, finalmente, para discutir da geografia das relações sociais em termos gerais” (Shield, 1999, p. 141).

Sabe-se bem que, a tese central da obra máxima de Henri Lefebvre *A produção do espaço* é que o modo de produção organiza – no mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço. É assim que acontece.

“O espaço social não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos. Ele envolve as coisas. Efeito de ações passadas, ele permite ações, sugere ou proíbe outras. O novo modo de produção, a nova sociedade, apropria-se, quer dizer, arruma a seus fins o espaço pré-existente, modelado anteriormente. A organização do espaço centralizado e concentrado serve também ao poder político e à produção material. As classes sociais investem na hierarquia destes espaços ocupados” (p. 88-89).

Ora, as forças trabalham nesse espaço. A violência subversiva responde à violência do poder. A luta das classes intervém na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais do que nunca, pode se ler no espaço. As formas dessa luta são muito mais variadas do que no passado. Fazem parte delas, com certeza, as ações políticas das minorias. “As diferenças jamais dizem a sua última palavra. Vencidas, elas sobrevivem”. Elas lutam, às vezes ferozmente, para afirmarem-se e transformarem-se através de uma prova. Henri

3. “No seio das disciplinas espaciais, quando observado, o trabalho de Lefebvre e Foucault foi tomado como uma reconfirmada benção da bem estabelecida visão das espaciais ou geográficas convencionais imaginações. O que foi faltado quase inteiramente por quase todos, era a crítica radical e o desafio disruptivo detonado por Lefebvre e por Foucault, para reestruturar as maneiras as mais familiares de pensar sobre o espaço, através todas disciplinas” (Soja, 1996, p. 11).

Lefebvre chega à conclusão de que tudo o que provém do tempo histórico é submetido, hoje, a uma tal “prova do espaço”.

“As culturas, as consciências dos povos, dos grupos e mesmo dos indivíduos, não escapam à perda da identidade, que vem se ajuntar aos outros terrores. Referências e referenciais vindos do passado, dissolvem-se. Os valores, erigidos nos sistemas mais ou menos coerentes, desagregam-se, confrontando-se. Ora, nada, nem ninguém pode evitar a prova do espaço. Mais e melhor: um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, resolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte” (idem, p. 478-479).

Conforme Lefebvre, o espaço, sem deixar de ser o lugar dos recursos, o meio onde desenvolvem-se as estratégias, não se torna somente o teatro, o receptáculo, a cena indiferente, o simples cenário, nem o quadro mesmo dos atos. Ele é cada vez mais ativo, tanto como instrumento quanto como objetivo, como meio e como fim. É assim que ele torna-se o trunfo principal das lutas e das ações apontando um objetivo, e o porquê dele suscitar sempre a contestação.

Assim, conforme E. Soja, através de toda a sua obra, H. Lefebvre:

“define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes [...]. Afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial [...]. A desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical, voltada para a expropriação do controle da produção do espaço” (Soja, 1993, p. 116).

Pois, o alvo do pensamento de H. Lefebvre não é somente um estudo “retro” do espaço social na sua história e na sua gênese, mas busca considerar melhor o atual, para entrever, senão mesmo prever o possível e o futuro. “Esta tentativa deixa lugar aos estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Não exclui, ao contrário, os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional, o mundial implicam-se e imbricam-se, o que se incorpora no espaço, os conflitos virtuais não são ausentes nem eliminados” (*La production de l'espace* – Introdução de 1985, p. viii). Assim, “o mundial não aboliu o local”.

Ora, há bem duas fases na pesquisa de Lefebvre sobre o espaço. A primeira trata do que ele denominou de “urbano”, e a segunda do espaço social, o qual ele foi o primeiro a nomear como “planetário”, “global”. Foi, então, o primeiro a falar da necessidade de uma escala “planetária” na análise (Shields, 1999, p. 144-145). O seu projeto é orientado na direção do futuro, “oferecendo a possibilidade de gerar uma nova espacialização – um mundo mas equitativo – fora das contradições contemporâneas e das relações de globalização” (idem, p.183). Para Rob Shields

“as idéias de Henri Lefebvre foram eletrificando não somente uma geração, mas um século da esquerda, e elas deixaram as suas marcas não somente na França – e mesmo na Europa – mas imprimiram as suas marcas nas comunidades distanciadas, nos bairros, combates e debates, e mais particularmente, nas Américas” (idem, p. 188).

Como Lefebvre diz, “não há saber sem crítica do saber e sem saber crítico”. Ainda há como contribuir hoje à emergência de uma teoria crítica do espaço existente, que pode ser substituída

pelos retalhos e descrições que aceitam e legitimam esse espaço. Essa teoria crítica, levada até à contestação e mesmo até à contestação radical, quer substituir a utopia dominante da mundialização neoliberal, uma “outra” utopia alternativa e crítica. “Fundamentalmente, a dialética espacializada e aberta que se descobre na obra de Lefebvre abre a possibilidade de entender e de integrar os diversos movimentos sociais” (idem, p. 187). E, com a sua espacialização, a geografia deve estar no centro de uma teoria crítica como tal.

“OUTROS ESPAÇOS” E “MICROFÍSICA DO PODER”: MICHEL FOUCAULT

Numa Conferência proferida em 1967, Michel Foucault descreve da seguinte forma o novo mundo em formação – aquele da globalização nascente – e a angústia que ele já engendra: “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Em todos os casos, acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver, fundamentalmente, com o espaço, muito mais do que com o tempo”⁴. Ele fez, ainda, esta observação: “Como sabemos, a história é a obsessão do século dezanove. A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço”. Em outras palavras, os séculos XIX e XX foram, sobretudo, marcados pela História – com o resultado que se sabe – o século XXI poderá bem ser o do tempo da Geografia.

A “HETEROTOPIA” DOS “OUTROS ESPAÇOS”

Nesta perspectiva, há ainda muito a fazer para desvendar a verdadeira “natureza do espaço”, uma primeira dificuldade provendo, para Foucault, da espécie de sacralização, cujo espaço é sempre o objeto.

“Agora, apesar em toda a técnica desenvolvida na apropriação do espaço, apesar de toda uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado. A nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dados desde o início: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. Todas estas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado”⁵.

Para avançar nesta necessária desmistificação do espaço sagrado, as “representações do espaço” marcando a emergência do novo mundo, ele sublinha toda a importância de analisar os “outros espaços”, quer dizer os “espaços que se encadeiam uns nos outros, mas que, por outro lado, contradizem todos os outros (e) são de dois tipos principais”, e que ele chama, seja de “heterotopias”⁶, seja de “utopias”⁷.

Esta distinção dual pode deixar-nos um pouco na perplexidade. Ora, se Foucault evoca, com um pouco mais de detalhes, as “heterotopias de crise” e as “heterotopias de desvio”, ele não fala

4. FOUCAULT, M. *De outros espaços*. [s. l.]: Diacritics, 1986.

5. Idem.

6. “Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real, que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da Sociedade. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais” (idem).

7. “Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder, obviamente, apontar a sua posição geográfica na realidade. Chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias” (idem).

do que poderá mais nos interessar aqui, a saber das heterotopias da resistência ou das lutas em vigor na territorialização dos movimentos sociais.

No recente livro, David Harvey (2000) sublinha também toda a importância geográfica do pensamento espacial de Foucault:

“Há, Foucault assegura-nos, abundantes espaços em que a ‘outraneidade’ [*otherness*], a alteridade, e, daqui, as alternativas puderam ser exploradas não como meros produtos da imaginação mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as alternativas podem tomar forma e, a partir destes espaços, que uma crítica de normas e de processos existentes pode o mais eficazmente ser montada” (Harvey, 2000, p. 184).

Portanto, Harvey considera também que se “o conceito de ‘heterotopia’ tem a virtude de insistir num melhor entendimento da heterogeneidade do espaço [...] ele não dá indícios para se saber o que um utopismo” mais espaço-temporal possa ser” (idem, p. 185). Em verdade, Foucault não considera os “outros espaços” em toda a sua diversidade possível. Apesar disso, ele é muito mais explícito quando se trata dos conflitos e trunfos de poder, cujos espaços antagonistas são portadores.

A “MICROFÍSICA DO PODER”

A geografia das confrontações locais de poder foi, em parte, problematizada por Foucault na temática de uma verdadeira “microfísica do poder”. Perguntado por geógrafos, em 1976 – numa entrevista publicada no primeiro número da revista de geografia crítica *Hérodote*⁸ – após uma certa irritação inicial, ele acaba reconhecendo:

“A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo [...]. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês [os geógrafos]...”⁹.

Falando mais adiante das relações entre poder e espaço, ele destaca que “o poder sempre é exercido a partir de inúmeros pontos, no jogo de relações inigualáveis e móveis. E, onde há poder, há, necessariamente, também resistências que são dos seguintes modos: possíveis, imprescindíveis, espontâneas, selvagens, rastejantes, violentas, etc.”¹⁰. Então, ele diz também que o poder “não é qualquer coisa que se adquire, que se arranca ou que se partilha, alguma coisa que a gente guarda ou deixa escapar”. Segundo ele, nunca se deve esquecer de que, paradoxalmente, “o poder vem de baixo”, porque “as relações de forças múltiplas constituem uma linha de força geral”, que “atravessam os afrontamentos locais”. Assim conceituada, a racionalidade do poder vem de táticas muitas vezes explícitas na escala limitada em que elas se inscrevem. Elas são, muitas vezes, a expressão de um verdadeiro “cinismo do poder”.

Além destas grandes linhas, assim destacadas, para Foucault “resta escrever toda uma história dos espaços – que seria, ao mesmo tempo, a história dos poderes (os dois termos no plural) – desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do hábitat”¹¹.

8. Questions à Michel Foucault. *Hérodote*, Paris, n. 1, p. 71-85, 1976.

9. FOUCAULT, M. 1994, Dits et Ecrits, tome IV (1980-88), também publicada no Brasil, em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 164-165.

10. FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW P. *Michel Foucault: un parcours philosophique*, Paris: Ed. Folio, 1984, p. 297-321.

11. FOUCAULT, M. In: *Power/knowledge*. Nova Iorque: Panthéon, 1980, p. 149.

As “pequenas táticas do hábitat”, vindas do local, são assim, nas relações do poder, sempre “o outro termo”. Elas inscrevem-se como o irredutível cara a cara”. Réplicas das estruturas do poder, elas também são, “distribuídas de maneira irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência são disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço”. Elas podem fazer objeto de uma abordagem e de uma análise geográficas. Segundo qual lógica? Aquela “das grandes rupturas radicais, das partilhas binárias e maciços? Às vezes. Mas se trata mais freqüentemente de pontos de resistência móveis e transitórios”. As lógicas e as dinâmicas desta “microfísica do poder”¹² podem ser destacadas, sobretudo, quando elas têm conseqüências até nas “malhas do poder”.¹³

Esta abordagem pode justificar uma “outra maneira de avançar rumo a uma nova economia das relações de poder”. Tal como, “um novo modo de investigação consiste em tomar as formas de resistência aos diferentes tipos de poder, como pontos de partida”. Neste caso, “para entender em que consistem as relações de poder é preciso analisar as formas de resistência, de oposições que se desenvolvem nestes últimos anos”¹⁴. Este tipo de abordagem, nos parece impor-se na análise geográfica das lutas dos movimentos socioterritoriais (ver: Martin, 1997, p. 32 e 2001, p. 58-62).

II – O MST, um “movimento socioterritorial”

Tratar-se-á nesta parte de uma nova e breve contribuição ao debate recentemente lançado por B. M. Fernandes em seu trabalho, tomando o MST como exemplo, na sua reflexão sobre “movimento social como categoria geográfica” (Fernandes, 2001); continuado por M. A. Mitideiro no seu artigo sobre a territorialização como “conceito explicativo da luta pela terra” (Mitideiro, 2000), e prolongado para J.-Y. Martin, apresentando o MST como “movimento socioterritorial”, mais do que “socioespacial” (Martin, 2001). Desenvolvendo a discussão, nos parece que alguns pontos do debate devem ser reconsiderados aqui, no sentido de esclarecer, por meio do caso do MST, não somente as distinções entre espaço e território, mas também, entre os processos de espacialização e de territorialização, assim como entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

1 – DO ESPAÇO RURAL AO TERRITÓRIO CAMPONÊS

É sempre fundamental fazer nitidamente a distinção entre o espaço e o território. É muito mais do que uma simples questão de terminologia. Assim – após C. Raffestin que já fez considerações a respeito da “anterioridade” do espaço¹⁵ –, segundo A. U. de Oliveira:

“Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso, reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, e portanto, uma produção humana, logo, espaço de luta de classes ou frações de classes [...] sendo pois o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir” (Oliveira apud Fernandes, 1996, p. 12-13).

12. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

13. FOUCAULT, M. “Les mailles du pouvoir”, Conférence prononcée à Bahia, publiée dans le Tome 4 de *Dits et Ecrits* (1980-1986), 1994.

14. FOUCAULT, M. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. op. cit., p. 300.

15. RAFFESTIN, C. A geografia do poder. 1980.

A distinção espaço/território torna-se muito mais necessária ainda, no contexto atual da globalização, com a emergência de movimentos populares de contestação, como, entre outros, o MST no Brasil:

“O capital mundializou-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se, de forma privada, do mundo. O território capitalista confiscado historicamente no processo de sua construção agora é contestado. As lutas dos Sem-Terra são marcas visíveis dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem-Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade e se tornando cidadãos” (idem, p. 13).

Vejamos o problema do caso do campesinato no espaço rural brasileiro.

a – *O espaço geográfico*

Como já vimos, segundo Lefebvre, cada sociedade produz seu espaço, um processo no qual tem também sempre objetivação, coisificação, e/ou reificação do espaço, traduzindo a concepção dominante em vigor. Mas, além dessas “representações do espaço”, quais são as principais características da “produção do espaço” rural, na formação econômica e social brasileira de hoje, a hora da dita globalização?

Pode-se destacar, rapidamente, ao menos dois pontos:

1 – O bloqueio das estruturais fundiárias: mesmo com a multiplicação dos projetos de reforma agrária, nunca houve realmente redistribuição fundiária significativa. A comparação dos dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995 o mostra (Cf. Martin, 2001, p. 23). Daí, mais que nunca, a atualidade não ultrapassada do velho dito: “terras sem camponês e camponês sem terra”.

2 – Há portanto que distinguir o papel paradoxal das periferias, dos interstícios e das margens, destacando três tipos de regiões:

- Os interstícios – por exemplo no Nordeste – no domínio do latifúndio: no detalhe, a situação dos municípios pode ser bastante diferente: uns com somente um ou alguns latifúndios no seu território, e outros municípios vizinhos, ao contrário, com uma multidão de minifúndios (ver o caso do Rio Grande do Norte em Martin, 2000, p. 261-272).
- A periferias urbanas das metrópoles¹⁶, notadamente no Sudeste: a metropolização desenvolvida tal como um arquipélago, num oceano cada vez mais esvaziado para a evicção rural, ou talvez, melhor dizendo, a “desruralização”¹⁷.
- As margens “pioneiras” de colonização – na Pré-Amazônia, como no Pará – enquanto lugar do deslocamento das populações rurais, é palco de tensões sociais particularmente fortes. Além de serem diferentes, as três formas de regiões são, ao mesmo tempo, concernidas em conjunto com as tensões (número de conflitos rurais), as ocupações de terras (acampamentos) e os assassinatos de trabalhadores rurais (conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra).

b – *O território camponês*

Como diz A. U. Oliveira, falando do latifúndio, “a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo” (Oliveira, 1999, p. 107). Ora, o território é bem outra coisa que o espaço:

16. Ver SOUZA, M. L. de. *O desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras, Bertrand Brasil, 2000.

17. SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 12.

“Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1999, p. 74).

O território pode ser visto como o resultado da apropriação permanente do espaço geográfico por meio de práticas territoriais individuais, de classes, sociais, também materiais (trocas, planejamento) e ideais, isto é, todas as ideologias, funcionais e justificativas (geografismos, territorialismos, regionalismo, latifundismo...) podendo ir até o sonho, o mito, a utopia (Martin, 2000, p. 79-82). É precisamente dessa multiplicidade das práticas territoriais que provém a multidimensionalidade do território¹⁸.

A apropriação do espaço geográfico como território social, segue um processo histórico cíclico de T-D-R (Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização), já bem apontado por Raffestin (1980) e Barel (1986)¹⁹.

Tratando-se aqui da desterritorialização do campesinato brasileiro, há particularmente que sublinhar um curioso paradoxo. De um lado, tem-se a diminuição dos empregos rurais: menos 5,4 milhões de 1985 a 1995. Mas, por outro lado, tem-se crescido o número de “posseiros” e/ou “ocupantes”. Entre 1970 e 1985, ocorreu o aumento do número absoluto de “posseiros” de 811.367 para 1.054.542, crescendo mais de 30%. Em 1995, os estabelecimentos rurais dos “ocupantes” correspondiam a 2.149.575. Mesmo com a mudança da denominação oficial de “posseiro” para aquela de “ocupante”, é claro que a duplicação deste número “revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização” através do deslocamento em direção às cidades, e procura garantir, ao contrário, na sua luta aberta pela posse da terra, “o meio de produção necessário ao trabalho familiar camponês” (Oliveira, 1999, p. 81-82). “Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses” (idem, p. 72). Pois, em se falando do campesinato brasileiro, trata-se “de um campesinato que não quer sair da terra, como na transição européia do feudalismo para o capitalismo”. Muito pelo contrário, “ele quer lutar para entrar na terra”. Trata-se finalmente de um campesinato que “não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação” (idem, p. 85). Mas, a “desruralização” não se opera sem uma resistência do campesinato brasileiro a esta desterritorialização massiva. Nessa luta, revela-se uma identidade camponesa jamais verdadeiramente reconhecida até hoje.

2 – ESPACIALIZAÇÃO E/OU TERRITORIALIZAÇÃO?

Do mesmo modo que o território não é a mesma coisa que o espaço, há também que distinguir, cuidadosamente, os processos de espacialização e territorialização. O primeiro inscreve-se no espaço tal como ele é, enquanto o segundo é criador de novas territorialidades, na medida que elas transgridem e ultrapassam, mesmo que apenas um pouco, as estruturas herdadas do espaço geográfico, até agora estabelecidas.

18. “O território é uma objetivização multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, é a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com bases em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”. (CARA, R. B. In: SOUZA, M. et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 262).

19. “Seria interessante representar a mudança social (e seu contrário) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte isso, a vida e a morte dos territórios. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (BAREL, Y. *Espaces, Jeux et Enjeux*. Paris: Fayard, 1986, p. 138).

a – *O processo de espacialização:*

O processo de espacialização é a maneira como o indivíduo, assim como movimento coletivo, inscrevem-se nas estruturais espaciais já existentes, sem necessariamente colocá-las em questão enquanto tais. No caso particular do MST:

“A espacialização ocorre simultaneamente à aparição pública da organização da contestação. Em função disto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é tomado pelos pesquisadores como objeto de estudo tendo como base o conceito de espacialização. O MST está organizado, hoje, em 23 Estados da federação formando e organizando diversos acampamentos, assentamentos e cooperativas agrícolas; desde a sua formação até hoje, proporcionou o assentamento de 150 mil famílias e organiza 505 acampamentos com 73 mil famílias em todo Brasil. Representa o mais efetivo movimento popular da história do país e é a principal oposição política/ideológica ao governo atual. Assim, entendemos o MST como um movimento espacializado em todo território nacional” (Mitideiro, 2001, p. 4).

Mas, em oposição à ideologia do globalismo que postula a hegemonia exclusiva da escala planetária, um movimento popular deve procurar eficácia no desdobramento da sua ação em todas escalas, do local ao global. Assim, a espacialização efetua-se em diferentes escalas geográficas. Precisamente, uma das especificidades do MST, é sua capacidade de desdobrar sua ação nas diferentes escalas: local, regional, federal, continental e, mesmo internacional.

“A espacialização da luta pela terra deve ser buscada nas ações praticadas pelo MST, como: as ocupações seguidas de acampamentos; caminhadas, marchas e passeatas; a ocupação de prédios públicos; a reocupação de terras após reintegrações de posse e os acampamentos de “beira de estrada”; a efetivação da participação das mulheres e dos jovens na luta; os bloqueios (de estradas); a realização de eventos; a efetivação do movimento na mídia; a sua repercussão nacional através da opinião pública; a sua repercussão internacional (internacionalização do movimento)” (idem, p. 5).

Mas, se essa apresentação sublinha bem a ação do MST em várias escalas, ela não faz, ainda, nítido o bastante, a distinção entre os diversos processos em jogo.

b – *O processo de (re)territorialização: os “acampamentos” do MST*

É preciso levar cuidadosamente em consideração todos “os grupos expropriados cujos acampamentos, circunstanciais, fazem parte de sua estratégia de resistência, como é o caso dos acampamentos, às vezes altamente organizados, dos sem-terra e dos sem-teto” (Haesbaert, 1995)²⁰. Neste caso de invasões–ocupações, há, claramente, um questionamento imposto do espaço. Estes são tentativas para introduzir, aqui na escala do lugar, uma novidade radical que põe em causa a organização estabelecida do espaço. “A ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação” (Fernandes, 1999, p. 5).

É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em causa o tabu sociohistórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento.

20. Haesbaert, R., Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.191.

“Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores” (Fernandes, 2000, p. 18).

A ocupação, como prática socioterritorial radical, caracteriza fortemente o período em que o movimento constituiu-se historicamente (1984-1996). Mas, também, compreende-se melhor porque o poder neoliberal busca, desde a segunda metade dos anos 1990, criar muitos obstáculos a fim de lutar mais eficazmente contra esse movimento popular considerado insuportável: judicialização, militarização, repressão, parada de toda reforma agrária efetiva, etc.

c – O caso misto dos “assentamentos”

No prolongamento de uma ocupação, o assentamento constitui a introdução de uma novidade espacial. “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (Fernandes, 2000, p. 11).

Mas, para M. A. Mitidiero, a conquista da terra é menos importante do que o processo de luta:

“A territorialização vista como formação de um novo território, a partir de um território preexistente comandado pelo Estado, ou seja, a concepção de que parte ou fração deste território se desprende formando um novo e pequeno território (o assentamento, a conquista da terra) torna-se insuficiente na sua dimensão explicativa. O conceito de territorialização relativo aos movimentos sociais no campo deve ser visto apenas como processo de luta pela terra e não como conquista e domínio de partes ou frações do território” (Mitidiero, 2001, p. 6)

Com certeza, a oficialização pelo Estado (INCRA) faz do assentamento uma nova estrutura espacial, através da mutação fundiária, em detrimento do latifúndio, no caso da fazenda improdutivo expropriada. Mas, a natureza do assentamento restará, portanto, ambivalente e, a partir daí, muitas evoluções são possíveis.

Às vezes é possível manter nele uma boa dinâmica coletiva de mobilização das famílias “assentadas”. Então, induz-se a um desenvolvimento local, e o assentamento torna-se um lugar de identificação camponesa. Por outro lado, os camponeses assentados podem comportar-se de uma maneira mais individualista, e o assentamento poderá conhecer, rapidamente, graves dificuldades. Ele torna-se um quadro esvaziado, pode ser ameaçado de fracasso e mesmo de desaparecimento. Assim, conforme M. A. Mitidiero:

“O assentamento como lugar social de luta constante por transformações sócio-econômicas na estrutura social brasileira é uma proposta um pouco diferente da daqueles pesquisadores que interpretam o MST como um movimento territorializado (conquista e domínio). Vemos o MST como um movimento em processo de territorialização e não como um movimento territorializado” (Mitidiero, 2001, p. 7).

Afinal, de onde provém a eficácia reconhecida do MST, enquanto movimento social? De conseguir realizar a combinação desses dois processos – espacialização e territorialização – diferentes é certo, mas que se revelam, de fato, complementares e indissociáveis.

“Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (Fernandes, 2000, p. 17).

3 – DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, AO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Será que o objetivo de todos os movimentos sociais rurais é o “de buscar uma reinvenção do lugar (um novo lugar, uma nova vida) e a reorganização do território com o intuito de materializar sobre estes os seus direitos de cidadãos, sua liberdade”? Talvez esses movimentos “lutam pela terra do trabalho e da vida em contraposição a organização impositiva do território capitalista”. Mas serão todos “os movimentos sociais no campo movimentos socioterritoriais, e não socioespaciais...” (Mitidiero Jr., 1999, p. 146)? E, também, qual pode bem exatamente ser a distinção a se fazer entre estes dois tipos de movimentos sociais?

a – *Os movimentos socioespaciais*

Os movimentos sócio-espaciais são todas as organizações, como os partidos políticos e os sindicatos tradicionais, mais ou menos burocratizados, estruturados segundo os níveis e as escalas das subdivisões espaciais político-administrativas em vigor, sem conseguir, nem mesmo buscar introduzir nenhuma inovação na própria espacialização. Eles se organizam apenas de acordo com os níveis e as escalas das estruturas político-administrativas – por exemplo um bairro, para uma associação de moradores, como no caso dos movimentos sociourbanos (MSU) quando ainda existem²¹, e que lutam num “ativismo de bairro” somente para melhorar as infra-estruturas, como água encanada, rede de esgoto, asfalto nas ruas, sem, de forma alguma, pretender modificar essa estruturação espacial. No caso das associações de moradores, por exemplo, segundo M. Santos, elas

“têm um inegável papel organizativo, mas não tem fôlego para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. [...] Trata-se de uma ação política puramente espacialista, mas não propriamente espacial. O espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial. Agir sobre uma fração do território sem que a ação seja pensada de maneira abrangente, pode oferecer soluções tópicas e de eficácia limitada no tempo, servindo sobretudo ao reforço dos dados estruturais contra os quais se imaginava combater” (Santos, 1987, p. 75)²².

É, ainda mais, no caso dos sindicatos, dos partidos políticos e de todos os movimentos estruturados da mesma maneira. São organizações hierárquicas e piramidais, unicamente decalcadas a partir das estruturas político-administrativas. Uma grande parte da sua impotência atual deriva do fato que elas se mostram incapazes de se adaptar, com a sua desterritorialização sem reterritorialização, às novas condições criadas para os efeitos da globalização.

b – *Um movimento socioterritorial*

Um movimento socioterritorial, ao contrário, é uma organização que tem a vontade e cria as capacidades de introduzir no espaço, com práticas socioterritoriais novas, verdadeiras mutações territoriais, mesmo se elas são de início, na base, limitadas e estritamente localizadas.

21. Ver: SOUZA, M. L. de. “O Desafio Metropolitano”. “Hoje em dia, no Brasil, o único movimento social realmente forte e notável se vincula às lutas no campo – o movimento dos sem-terra e suas diversas organizações, com destaque para o MST – e não às lutas urbanas” (1999, p. 177).

22. SANTOS, M. op. cit., p.75.

“O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST” (Fernandes, 2000, p. 12).

Não se trata mais aqui do problema do planejamento oficial do espaço – mesmo dito, às vezes, notadamente na França, “do território” – mas é, de preferência, questão das práticas emergentes das classes socioespaciais populares, até agora sempre deixadas à parte do problema. É na e para uma tal territorialização deliberada que o espaço torna-se verdadeiramente um trunfo, não mais entregue às elites dominantes apenas, mas acessível às camadas populares, através, notadamente, dos movimentos sociourbanos (MSU) ou rurais (MST), apesar de todos os obstáculos e perigos. Eles reorganizam porções do espaço geográfico com o desenvolvimento de práticas socioterritoriais alternativas, como, por exemplo, quando uma fração de latifúndio é transformada em assentamento, mediante a pressão de uma ocupação de sem-terra, ou quando os sem-terra ocupam uma parcela vazia num bairro urbano onde constroem logo um conjunto de casas. Ver recentemente o caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), e seu acampamento em Guarulhos (São Paulo), com 3.500 famílias.

Um movimento socioterritorial, como é o MST, longe de encerrar-se nas estruturas herdadas e impostas do espaço produzido pela sociedade capitalista, na sua etapa da globalização, desenvolve práticas alternativas que põem em questão a estruturação espacial. As chaves do relativo êxito de um tal movimento – comparativamente ao fracasso da maioria dos movimentos sociais urbanos – são as seguintes: as ocupações permitem desestabilizar o tabu sociohistórico brasileiro do latifúndio. Compreende-se bem todos os esforços do poder neoliberal para pôr fim às ocupações dos sem-terra. Portanto, elas não são somente uma resposta local a uma determinação global, mas também os firmes pontos de apoio para uma interatividade multiescalas do movimento, do local até o internacional, como no seio da Via Campesina, movimento camponês transnacional, por exemplo. Enfim, ultrapassando a estigmatização anti-rural, o movimento é também portador, mesmo se é sobretudo por meio de suas lutas, da afirmação de uma identidade camponesa enfim reconhecida.

III – Nova radicalidade popular e Geografia Crítica

A necessidade de uma nova Geografia mais crítica, foi afirmada muitas vezes para alguns geógrafos. Destacam-se, por exemplo, três obras marcantes, ainda mais por seus subtítulos do que por seus títulos. Já em 1978, M. Santos pronuncia-se “por uma geografia nova” [título], e proposta de passar assim “da crítica da Geografia a uma Geografia crítica” [subtítulo] (Santos, 1978). Em 1989, E. Soja anuncia a emergência das “geografias pós-modernas”, mas sobretudo deseja “a reafirmação do espaço na teoria social crítica” (Soja, 1993). Enfim, em 2001, sobre o título “espaços do capital” [*spaces of capital*], D. Harvey lembra as etapas do seu caminho “por uma Geografia crítica” [*towards a critical Geography*] (Harvey, 2001).

1 – UMA GEOGRAFIA CRÍTICA DA IDEOLOGIA “GLOBALISTA” NEOLIBERAL

O conceito de globalização impos-se em somente algumas décadas. Conforme Harvey, “a globalização, por exemplo, era inteiramente desconhecida antes de meados dos anos 1970. Inumeráveis conferências estudam agora a idéia [...] que se transformou num conceito central, rapidamente, associado com o globalizado novo bravo mundo do neoliberalismo” (Harvey, 2000, p. 12-13).

Portanto, há, no mesmo tempo, de remarcar que uma das “principais mistificação da ideologia neoliberal globalista” é aquela da imagem de um mundo como lugar único, como aldeia planetário, bem no prolongamento da fim anunciada da história. Ela é também a negação da geografia. Ora, é preciso de acabar com uma tal visão uni-escalar da mundialização. Mas, segundo o geógrafo Martin Vanier, só pode ser a condição de melhor esclarecer os “mitos, as visadas, as estratégias que a missa globalista serve-nos com a palavra de mundialização” (Vanier, 2001, p. 10-11)²³.

“Sabe-se desde algumas gerações – melhor desde os trabalhos do filósofo Henri Lefebvre – que o capitalismo produz e destrói os territórios, e que sua dinâmica mora nesta permanente redistribuição das posições espaciais da produção das riquezas. No momento em que ela torna-se global, essa redistribuição revela-se intolerável. Os processos de declassificação-reclassificação podem agir em qualquer lugar” (Vanier, 2001, p. 32-33).

Segundo ele, contra essa mistificação do globalismo, após o economista Pierre Veltz

“ha de redizer muito simplesmente, que não ha concepção de qualquer coisa (produção, trocas, meio ambiental etc.) que não provem de posições locais. Não é através de um simples jogo em dois escalas extremas, mas inscreve-se no *continuum* dos encaixotamentos dos territórios, assim como das redes, que fazem com que o global é finalmente uma coprodução complexa, as vezes inconsciente, de estratégias e decisões em todas espécies de escalas, que elas sejam tomadas em nome ou não da globalização. O local, o regional, o nacional, o continental: tais são as cenas ativas da globalização. Lembrar-se disto é não somente reencontrar responsáveis de um fenômeno muitas vezes reduzido a uma natureza quase metafísica, mas também reconectar escalas de ação (econômicas, políticas, cidadanias) que o pensamento único consegui totalmente disjuntar” (idem, p. 34)

Desta maneira, sublinha também M. Vanier, o global é agora imediatamente presente no local.

“Sobre os ‘paetês e *strass*’ da pós-modernidade, a ideologia globalista venderia-nos uma versão pobre, simplista, não civilizada” do que poderia melhor ser “um mundo mais consciente das suas interações e mais aberto” (idem, p. 32).

Encostada aos adquiridos contínuos da análise espacial dos geógrafos – que sabem destacar as realidades do funcionamento dos sistemas socioespaciais – a ciência geográfica deve sem cessar operar uma crítica vigilante de todas as formas das ideologias espaciais. Ela não pode ser o seu simples relé, ou, sem um recuo crítico suficiente, servir de porta-voz das ideologias geográficas.

As principais ideologias a criticar são, por exemplo:

- Os geografismos, modelos simplistas, que reduzem-se a abordagens deterministas e naturalizantes dos fatos regionais ou continentais. Lucram com o favorecimento da tradição e os benefícios da evidencia Exemplo: o “tropicalismo”, como explicação-justificação do subdesenvolvimento. Ou a divisão tradicional do velho Nordeste em três zonas (Mata-Agrete-Sertão) cuja pertinência é cada dia mais distante das realidades geoeconômicas atuais (Martin, 2000). Também, o discurso da “fatalidade”, perante as recorrências das secas.
- Os territorialismos, que estão muitas vezes a serviço de uma promoção chauvinista de um país ou de uma região. Exemplos: o regionalismo, o nacionalismo e também o localismo.
- As ideologias monoescala, que virem a apologia de uma só e única escala. Mas é para rejeitar os outros níveis, julgados inferiores, afim de abrir o livre caminho para a constituição de espaços bem

23. VANIER, M. *Agir local, penser global*. Paris: ATTAC, 2001.

adaptados as visadas transfronteiras neoliberais. Por exemplo: o Europeanismo (*Euroland*) contra os Estados-nações históricos do velho mundo em recuo, ou o pan-americanismo, para melhor justificar o NAFTA.

2 – A NOVA RADICALIDADE POPULAR

Segundo Miguel Benasayag e seus co-autores (Benasayag et al., 1997 e 2000) a nossa época, com todas as suas mutações globais, atravessa uma verdadeira crise maior, além mesmo do que uma ruptura histórica.. Poderia então ser pensada só como uma passagem da “modernidade” à “pós-modernidade”, sublinhando que essas duas noções referem-se à “conceitos mais ou menos consistentes”? (idem, 2000, p. 9). Nos anos 1980, no momento da nova ofensiva do capitalismo, afirmava-se, no mesmo tempo, que o fracasso do socialismo soviético, a emergência do pensamento “pós-moderno” segundo o qual “não existia mais modelo emancipador”. Mas, essa apresentação sempre permanece confusa e ambígua. Por que, no tempo que o discurso crítico que tratava embora dos regimes do socialismo real, permanecia também o fato que os filósofos pós-modernos anunciavam o “fim da história”, com a sua chegada a bom porto neoliberal? O discurso pós-moderno professava também o prepotente fim das ideologias, das grandes narrações, da razão, do sujeito e da história. Constituía-se desta maneira “um verdadeiro grito de guerra contra toda tentativa de transformação social” (idem, p. 17). Com a pós-modernidade, a promessa de um futuro melhor que acompanha a etapa otimista da modernidade deixa então lugar para uma visão do futuro totalmente inversa, agora largamente percebida como ameaçadora (idem, p. 122). A pós-modernidade tinha então produzido o seu contrário simétrico: “o futuro relevante até agora do âmbito da esperança, é tragicamente transformado numa espera angustiada perante o horizonte da ameaça”. Preciso, portanto, sublinhar “a vacuidade” da resposta proposta pelos teóricos pós-modernos, a saber “o relativismo cultural, o reino do fragmentar e da irracionalidade”. Desta maneira, as teorias pós-modernas “só conseguem, finalmente, o enforcamento do universal abstrato e condenam-nos á impotência” (idem, p. 79).

Embora, bem mais que

“aqueles que permanecem isolados na quietude das universidades e das bibliotecas – os povos, os imigrantes, os exilados, os sem-teto, os trabalhadores, os desempregados, aqueles que lutam no seio de uma situação qualquer, colocam-nos perguntas difíceis de qualificar de outro modo do que filosóficas. Alias, é a razão pela qual o desenvolvimento de uma filosofia da *praxis* tem uma importância maior na nossa situação. Ela exprime uma exigência que nos convida a trabalhar para uma elaboração de um novo sentido da vida, anticapitalista, á produção de uma hegemonia não utilitarista. Com a nova radicalidade, trata-se, neste sentido, de uma luta para a defesa de certos princípios e fundamentos que a pós-modernidade tentou erradicar e sem os quais a barbaria econômica ameaça a vida do nossa planeta” (idem, p. 7).

Nos anos 1990, descritos como os anos “pós-revolucionários” foi então decretado o colapso anunciado de todo empreendimento emancipador, de todo o projeto de transformação social, para preconizar um conformismo resignado. Depois, como sublinham M. Benasayag e seus companheiros, “desde alguns anos de toda parte no mundo, assistimos á eclosão, sobre múltiplas formas, de um largo movimento de refutação do neoliberalismo como horizonte inultrapassável. Trata-se assim, conforme eles, da tradução “de uma verdadeira sensibilidade revolucionária segundo a qual o neoliberalismo, a sociedade do dinheiro e do lucro, não são mais inultrapassáveis, mas simplesmente são para ser ultrapassados. É, precisamente, este ultrapassamento que está “no âmago do que chamamos a nova radicalidade, na medida em que não está mais legitimado em nome de um modelo determinado, mas simplesmente em nome da vida” (idem, p. 5-6).

Desde o começo dos anos 90, com a emergência das lutas zapatistas no Chiapas e do Movimento dos Sem-terra no Brasil, dos sem-documento na Europa, dos sem-teto, das lutas de contracultura, entre tantos, permitem-nos afirmar que as novas formas de lutas desenvolvem-se. Ainda que sem modelo, essas ações traduzem “uma legitimidade particular daqueles que lutam contra as injustiças, apesar da ausência de modelo ordonador do futuro”. Para eles, a ausência de modelo, ao contrário de impedir a emergência das lutas, é capaz de ser “uma condição central para pensar a radicalidade política libertada, enfim, de possuir um programa completo e pronto do mundo desejado”. Não ter programa, é o que permite ter projetos, “passando do dever ser ao dever fazer” (idem, p. 18-19).

Uma outra das novidades fundamentais dessa nova radicalidade consiste na abdicação da militância puramente contra

“ela desenvolve, as praticas multiplas de cada situação, lugares (casas, oficinas, universidades populares, ocupações de terra) e modos de vidas que, concretamente, ultrapassem o individualismo preconizado pelo sistema. Em outras palavras, a gente deveria agora distinguir de um lado a luta agenda, daquela dos indivíduos que tentam encontrar, nas suas atividades, a possibilidade de ser solidários e, por outro lado, a nova radicalidade, que significa o desenvolvimento concreto na vida de cada dia de modos de vida e de vínculos diferentes” (idem, p. 6-7).

Perante a maior crise de nossa época, tomando as suas distâncias com as tentações e os becos da pós-modernidade, a Geografia deve, ao mesmo tempo, trazer a sua contribuição à análise da nova radicalidade em emergência, para melhor redefinir o seu paradigma no sentido de uma filosofia da praxis. Mas, agora, vejamos, a seguir, como os geógrafos americanos, precisamente ditos “radicais”, apresentam hoje o problema.

3 – O ESPAÇO: DA REAFIRMAÇÃO CRÍTICA AO “THIRDSPACE” – E. SOJA

Já sabe-se bem que, desde 1989, Edward Soja preocupou-se da “reafirmação do espaço na teoria social crítica” (Soja, 1993)²⁴. Ele já era convencido que “há um extraordinário apelo por uma nova perspectiva crítica, por um modo diferente de ver o mundo, no qual a geografia não somente ‘tem importância’, como fornece a mais reveladora perspectiva crítica” (Soja, 1993, p. 33). Mas considerou também que só pode ser ao preço da emergência de “uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico sintonizado com os desafios políticos e teóricos contemporâneos” (idem, p. 13). Até afirmar:

“Essa geografia humana crítica reconstituída deve estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo [...] pelos trabalhadores explorados, pelos povos tiranizados e pelas mulheres dominadas” (idem, p. 93).

“Assim, a luta de classes (sim, ela ainda continua a ser uma luta de classes) precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial de exploração e dominação, a reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. E precisa incluir todos os que são explorados, dominados e ‘periferalizados’ pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio: os camponeses sem terra, a pequena burguesia proletarizada, as mulheres, os estudantes, as minorias raciais e também a própria classe trabalhadora” (idem, p.115).

Mas, ele insistia bastante em situar essa perspectiva – como se vê bem no título: *Geografias pós-modernas* – no contexto geral da “pós-modernidade” então vigente.

24. Ver: MARTIN, J-Y. 1997, p. 31.

Alguns anos mais tarde – em 1996 – Soja acha que durante muito tempo, os geógrafos, como os outros cientistas sociais, trataram o espaço como uma das duas maneiras seguintes: ora como formas materiais do “*firstspace*” [primeiro espaço] que pode ser medido e objetivamente traçado; ora como imagens mentais, pensamentos e seus significados subjetivos do “*secondspace*” [segundo espaço]. Portanto, Soja discute que há agora uma outra maneira de pensar sobre a geografia do espaço e do ser humano, um “*thirdspace*” [terceiro espaço] bem mais detalhado e complexo. “Eu defino *thirdspace* como outra maneira nas compreensão e ação para mudar a espacialidade da vida humana, uma modalidade distinta da consciência espacial crítica” (Soja, 1996, p. 10).

“Se *Firstspace* for explorado primeiramente com seus textos e contextos legíveis, e *Secondspace* com seus prevalecendo discursos representacionais, então a exploração do *Thirdspace* deve adicionalmente ser guiada por alguma forma de praxis potencial de emancipação, a tradução do conhecimento na ação – e conscientemente espacial – num esforço consciente de melhorar o mundo” (idem, p. 22).

Soja segue o desenvolvimento desta idéia do *thirdspace* desde as obras pioneiras de Henri Lefebvre e os trabalhos de Michel Foucault, até os escritos culturais críticos atuais, tais como Bell Hooks²⁵ e Homi Bhabha²⁶. Segundo ele, a multiplicidade dos “outros espaços” que “a diferença faz” define uma “política cultural nova da diferença e da identidade”, uma “subjetividade espacial radical”, com a margem, os interstícios e a periferia como “espaços da abertura radical”. Ora há de sublinhar a estratégica de diferença do *thirdspace*, sua flexibilidade em tratar das formas múltiplas da opressão e da desigualdade, e sua relevância à política contemporânea:

“A dimensão espacial de nossas vidas nunca foi de uma relevância prática e política mais grande do que hoje. Meu objetivo em *Thirdspace* é incentivá-lo pensar diferentemente sobre os sentidos e o significado do espaço”(1).

Thirdspace é enraizado numa perspectiva de recombinação radicalmente aberta, interjogando outros dados nas escolhas:

“Tudo vem junto em *Thirdspace*: subjetividade e objetividade, o abstrato e o concreto, o real e o imaginado, o conhecimento e o inimaginável, o repetitivo e o diferencial, a estrutura e o agenciamento, a mente e o corpo; a consciência e o inconsciente, o disciplinado e a transdisciplinaridade, a vida do cada dia e a história sem-fim” (idem, p. 56-57).

Com a sua busca para esferas mais largas da participação no mundo do cotidiano e nas possibilidades da ação social em toda parte no mundo, do pessoal ao planetário, o *thirdspace* cria novos locais da diferença, para esforços e para a formação de comunidades interconectadas, não-excludentes e múltiplas da resistência radical a todas as formas de subordinação hegemônica.

“Aqueles que são territorialmente subjugados pelos funcionamentos da potência hegemônica, têm duas escolhas inerentes: qualquer um aceita sua diferenciação e divisão impostas, fazendo o melhor dele; ou mobilize-se para resistir; desenhando em cima de seu posicionamento putativo, sua ‘outraneidade’ atribuída, e esforçar-se ao encontro a esta imposição potência-enchida. Estas escolhas são reações inerentes e respostas espaciais, dos indivíduos e das coletivas, aos funcionamentos requisitados para a

25. Notadamente: HOOKS, Bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

26. BHABHA, Homi K. *The location of culture*. New York/London: Routledge, 1994.

potência nos espaços percebido, concebido e vivido. Os resultados desta diferenciação socioespacial, divisão, encerramento e lutas, são cumulativamente concretizados e conceitualizados em práticas espaciais, nas representações do espaço, e nos espaços da representação, porque todos os três estão formados sempre profundamente pelo funcionamento da potência. É útil ver estas pressuposições, processos da produção social, e resultados dos funcionamentos da potência como confrontados, histórica e geograficamente, ao *desenvolvimento desigual*: formação espaço-temporal composta e dinâmica de diferenças sociais, construídas em muitas escalas espaciais diferentes, do corpo e da casa, à nação e à economia mundial” (p. 87, grifos do autor).

Mas, de novo, se Soja aprofunda sua análise do *thirdspace*, no sentido de uma tal radicalidade crítica, resta sempre no cerne de um “pós-modernismo de resistência” (p. 52); para criar uma “pós-moderna geografia alternativa de escolha política e radical abertura” (p. 63); e para “o desenvolvimento de um pós-modernismo radicalmente aberto e abertamente radical” (p. 92). Parece assim bem claro que E. Soja não quer nitidamente sair da problemática de uma recorrente “pós-modernidade”.

4 – O “ESPAÇO – UTOPISMO” DOS “ESPAÇOS DA ESPERANÇA” – D. HARVEY (2000 E 2001)

Não é precisamente o caso de David Harvey, que descreve para começar o discurso que ele chama de “pós-moderno”, como dominado de um lado pelos conceitos da “globalização”, e de outro lado do “corpo”. Ele sublinha, entretanto, que pouco esforço sistemático foi feito para conectar melhor estes dois regimes discursivos que residem em um ou outro extremos das escalas que “nós podemos usar para compreender a vida social e política”. É precisamente uma tal tentativa de estabelecer uma conexão entre os dois, que é no alvo dos “espaços da esperança”. A motivação de Harvey para fazer essa tentativa é explicitamente política. É crítico do conceito da globalização porque não deixa nenhuma esperança para a mudança, afirmando que “não há alternativa”.

Na vista de Harvey, a resistência não pode tomar o seu ponto de partida em alguma noção unificada como “o trabalhador”, nem a “potência do trabalho”, mas deve derivar-se da particularidade do corpo individual. Melhor que nas escalas unificadas da “classe trabalhadora” ou dos “poderes da globalização”, todas as lutas novas tomam lugar entre a microescala do corpo e a macroescala da economia global. “Globalização é o mais macro de todos os discursos disponíveis para nós, quando ‘o corpo’ é certamente o mais micro dos pontos de vista para compreender a obra da sociedade” (Harvey, 2000, p. 15). Daqui, é necessário construir uma dialética da política capaz de arbitrar entre as diferentes escalas espaciais.

Harvey argumenta que a globalização, quando vista como um processo, está estritamente ligada à necessidade do capitalismo de uma reorganização geográfica contínua como resposta a seus crises e impasses. Em sua tentativa de formular uma teoria do “desenvolvimento geográfico desigual”, Harvey indica a necessidade de fundir o que ele chama a “produção da escala”, com a “produção da diferença geográfica”.

“Os seres humanos produzem tipicamente uma hierarquia aninhada dentro das escalas espaciais, com que organizar suas atividades e para compreender seu mundo. As casas, as comunidades, e as nações são os exemplos óbvios ou as formas organizacionais contemporâneas que existem em escalas diferentes. [...] O caso das mudanças de territorialização mostram claramente que não há nada ‘natural’ a proposto das limites políticas, mesmo se condições naturais puderam jogar um qualquer papel na sua definição. Territorialização é, no final, um resultado de esforços políticos e decisões, feitos em um contexto das condições tecnológicas e político-econômicas” (idem, 2000, p. 75).

E do mesmo modo, as diferenças geográficas não expressam simplesmente heranças histórico-geográficas, mas são também o resultado dos processos político-econômicos e socioecológicos atuais. Muitas vezes hoje, análise teórica e ação política tendem a focalizar as diferenças em uma escala só, como é expressado pelo hegemonia atual da escala global no discurso. Uma teoria do “desenvolvimento geográfico desigual”, na outra mão, focalizando as diferenças geográficas em muitas escalas diferentes, e relacionando essas escalas diferentes a cada uma delas, possui o potencial, não somente para uma compreensão melhor dos processos em cada escala, mas também para a libertação da ação política.

Tanto quando “possibilidade tem uma reputação ruim”, não há nenhuma esperança, e sem esperança a política alternativa torna-se impossível. Harvey chama conseqüentemente a uma revitalização da tradição utópica, como uma maneira para pensar alternativas reais. O que ele está buscando, é um “utopismo espacio-temporal”, assim como dialético, que reconhece a existência e a persistência relativa de processos sociais e de suas instituições, mas ousa também formular alternativas socioespaciais; que sejam enraizadas em nossas possibilidades atuais, ao mesmo tempo que aponta uma trajetória diferente para o “desenvolvimento geográfico humano desigual”.

A ação política tem assim que ocorrer através de diversas escalas no tempo e no espaço. O mais importante, entretanto, quando pensamos sobre um futuro alternativo, diz Harvey, é “mergulhar no desconhecido”: nós devemos “conhecer a coragem de nossas mentes” e – melhor que ser meramente “objetos da geografia histórica” – ser sujeitos ativos “puxando conscientemente possibilidades humanas para seus limites”.

Como um dos argumentos principais dos “espaços das esperanças” é que o pensamento utópico deve ser dialético e pluralista, e enraizado na realidade social contemporânea. “Acredito que a concepção de um desenvolvimento geográfico desigual pode ser útil em ordem de apreciar as tarefas e as potencialidades políticos inerentes aos particulares múltiplos movimentos militantes de oposição que gritam de todas partes para ser combinados” (idem, p. 82-83). Segundo ele, hoje:

“Há tempo e lugar no esforço humano sem fim para mudar o mundo... Acredito que nos estamos precisamente em tal momento” (idem, p. 195).

“A tarefa é então definir uma alternativa, não nos termos de algum forma espacial estática, nem mesmo algum processo emancipador aperfeiçoado. A tarefa é puxar junto um utopismo espacio-temporal – um utopismo dialético – que é enraizado em nossas possibilidades atuais ao mesmo tempo que é o ponto de partida para diferentes trajetórias para ir além do desenvolvimento geográfico desigual humano” (idem, p. 196).

“Alguma alternativa radical para ter êxito [...] deve achar jeito para negociar entre a segurança conferida para instituições fixas e formas espaciais de um lado, e de outro lado a necessidade de restar aberta e flexível em relação as novas possibilidades socio-espaciais. [...] A perspectiva de uma permanente revolução (por exemplo, na produção das formas espaciais) deve conseqüentemente estar adicionada a aquela de uma longa revolução com que nos alcançamos os princípios de um utopismo espacio-temporal dialético (idem, p. 243).

Mas, o que deve estar bem claro, conforme Harvey, é que jamais nenhuma alternativa a forma contemporânea da globalização nos será entregue “do alto”. Terá que vir dentro dos espaços locais múltiplos que reúnem-se num largo movimento.

“É aqui que as contradições enfrentadas pelos capitalistas, quando procuraram pelo aluguel do monopólio, atingem algum significado estrutural. Procurando até negociar valores da autenticidade, da localidade, da história, da cultura, das memórias coletivas e da tradição, abrem novos espaços para o

pensamento e a ação políticos, dentro de que as alternativas podem ser planejadas e perseguidas. Esse espaço merece intensas exploração e cultivo da parte dos movimentos de oposição. É um dos espaços da esperança chave para a construção de um tipo da alternativa a globalização” (Harvey, 2001, p. 410-411).

É também tempo para relegitimar a Geografia e recapturar suas possibilidades de emancipação. Isto é, certamente, a idéia mais forte das “idéias fortes” que uma “Geografia crítica” pode articular neste momento difícil em nossa história (idem, p. 233).

Bibliografia

- BENASAYAG, Miguel; SCAVINO, Dardo. *Pour une nouvelle radicalité, pouvoir et puissance en politique*. Paris: Ed. La Découverte, 1997. (Coll. Armillaire)
- BENASAYAG, Miguel; SZTULWARK, Diego. *Du contre-pouvoir, de la subjectivité contestataire à la construction de contre-pouvoirs*. Paris: Ed. La Découverte, 2000. (Coll. Cahiers-Libres)
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux 2*. Paris: Ed. Raisons d’Agir, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Caminhos da Geografia)
- CASTELLS, Manuel. *Le pouvoir de l’identité, de L’ère de l’information, Fayard*, Paris: 1999. t. 2
- CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DAMIANI, Amélia Luísa (org.). *O espaço no fim de século, a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Novas Abordagens – GEOUSP)
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.
- FOUCAULT, M. *De outros espaços*. [s. l.]: Diacritics, 1986.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- HARVEY, David. *Spaces of Capital, Towards a Critical Geography*. New York: Routledge, 2001.
- KLEIN, Juan-Luis et al. (dir.). *Au-delà du néolibéralisme, quel rôle pour les mouvements sociaux*. Québec: Presses Université du Québec, 1997. (Coll. Etudes d’Économie Politique)
- KLEIN, Juan-Luis; LAURIN, Suzanne (dir.). *L’éducation géographique, formation du citoyen et conscience territoriale*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1998. (Coll. Géographie Contemporaine)
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l’espace*. Paris: Ed. Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique*. Paris: Ed. Messidor, 1986.
- MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*. São Paulo, n. 19/20, p. 26-41, 1997.
- MARTIN, Jean-Yves, *Identités et territorialités dans le Nordeste brésilien, le cas du Rio Grande do Norte*. Villeneuve d’Ascq: Ed. Septentrion, 2000.
- MARTIN, Jean-Yves. *Les Sans-Terre du Brésil, géographie d’un mouvement socio-territorial*. Paris: Ed. l’Harmattan, 2001.
- SANTOS, Milton. *Pour une géographie nouvelle, de la critique de la géographie à une géographie critique*. Paris: Publisud, 1984.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SHIELDS, Rob. *Lefebvre, love and struggle, spatial dialectics*. London/New York: Routledge, 1999.
- SOJA, Edwards W. *Geografias pós-modernas, a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.
- SOJA, Edwards W. *Thirdspace, journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places*. Malden/Oxford: Blackwell, 1996.
- VANIER, Martin (Ed.). *Agir local, penser global, les citoyens face à la mondialisation*. Paris: ATTAC/Fayard, 2001.
- WACKERMANN, Gabriel. *Géographie humaine*. Paris: Ed.Ellipses, 2000. (Coll. Universités)